

## **Simbolismo do corpo e intervenção comunitária: contribuições feministas para a investigação-ação participativa.**

Aline Domício<sup>1</sup> e Conceição Nogueira<sup>2</sup>.

*Nosso trabalho é resultado da atuação em comunidades no município de Banabuiu, nordeste brasileiro, com mulheres vítimas de violência doméstica, considerando a interseção da psicologia social crítica e metodologias feministas. O objetivo é demonstrar a compreensão da tessitura social a partir da investigação-ação participativa com ênfase na simbologia do corpo. Realizamos ações em parceria com o poder público para levantamento de informações sobre os equipamentos sociais, formas de organização e modos de vida, além de promover a participação das famílias na discussão sobre a violência, através do fortalecimento do grupo de mulheres localmente estruturado. Ao utilizar o método de vivência e análise da atividade comunitária, os resultados sugerem a importância do olhar feminista para a mudança dos mecanismos da opressão patriarcal que não estão limitados à condição sócio-econômica, mas encontra no corpo campo fértil para perpetuação desde o ponto de vista intergeracional.*

**Palavras-chave:** investigação-ação participativa, simbolismo do corpo e feminismo.

### **I - Introdução**

As ações relatadas neste trabalho científico fazem parte da atuação da equipe do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) do município de Banabuiu (nordeste brasileiro). Para o início das atividades foi realizado um processo de diagnóstico-ação (GÓIS, C. 1995: p.43), cujo objetivo foi o conhecimento dos aspectos físicos, sócio-históricos e econômicos da comunidade. Esta ação encontrou ressonância no delineamento do perfil das mulheres atendidas no CREAS, que foi realizado a partir do estudo dos prontuários familiares, tornando possível a definição das estratégias de atuação da equipe em campo.

A intervenção proposta teve a investigação-ação participativa (IAP) como eixo estratégico para “popularizar las técnicas de investigación incorporando a las personas de las comunidades en la práctica de las mismas” (MONTERO, M. 2006: p.138). Tal metodologia contesta a noção positivista que dominou as ciências durante longos anos, assim como o caráter de neutralidade e pretensa objetividade, demonstrando claramente que a maneira como os/as investigadores/as delimitam suas experiências na realidade, encontram-se circunscritas nas suas ideologias e expectativas culturais.

Disto resulta a “utilização de múltiplas e variadas metodologias de análises na investigação dos fenômenos sociais de forma a evitar leituras simplistas” (NOGUEIRA, C. & NEVES, S.; 2004: p.1249). Isto nos levou a compreender as vozes do sofrimento físico e/ou psíquico das mulheres, vítimas de violência, não somente do ponto de vista individual, mas coletivo, cujo foco assumiu

1 Aluna do Doutorado em Psicologia Social do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Portugal. Docente da Faculdade Católica Rainha do Sertão, Quixadá, Brasil. Contato: alinedomicio@fcrs.edu.br

2 Doutora em Psicologia Social e Docente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Portugal. Contato: cnog@iep.uminho.pt

um papel de crítica à sociedade, desafiando a ordem social e os códigos culturais (MARQUES, C; MACEDO, E; CANOTILHO, P. 2003: p.111) para transformação das relações no domínio da investigação científica.

Aqui estão reflexões críticas realizada por mulheres nordestinas, compreendo a importância da mediação da simbologia corporal como forma de resgate dos processos de conscientização. Sendo esta uma linguagem teórica e metodológica que foi gerada no seio da emotividade e da *vivência plural dos feminismos* que deve abrir-se para a ligação íntima com os aspectos sociais e comunitários configurados na pós-modernidade, sobretudo, na América Latina.

## II – Compreendendo o trabalho com grupos de mulheres

Iniciamos nossa atuação no ano 2005 a partir do estabelecimento de parceria com o poder público municipal em Banabuiú, nordeste brasileiro, objetivando implantar uma rede sócio-assistencial de combate à violência. Através da Secretaria da Assistência Social foram contratados profissionais na área da psicologia social, pedagogia e serviço social que iniciaram o mapeamento das situações de risco para a violência doméstica nas principais regiões comunitárias da zona urbana e rural do município. Para tanto, foi estabelecida parceria entre prefeitura e Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Social (NEPUC) da Faculdade Católica Rainha do Sertão, que contribuiu com a fase de diagnóstico-ação das comunidades.

Foram realizadas visitas domiciliares em parceria com agentes de saúde, reuniões com várias associações de moradores e cooperativas rurais sobre as questões de gênero e violência entre casais, incluindo ações intergeracionais, acompanhamento individual e familiar dos casos encaminhados ao Projeto Sentinela<sup>3</sup>, palestras e ações educativas nas escolas, entrevistas com mulheres vítimas de violência e assistência especializada para acompanhamento das crianças vitimadas. Disto resultou o mapeamento do município, nos indicando as áreas de maior incidência e prevalência da violência doméstica.

No ano 2006, realizamos várias oficinas comunitárias com objetivo de apresentar os dados aos munícipes e construir coletivamente um plano de atuação contando, ainda, com o apoio do poder público municipal, ações no âmbito estadual e co-financiamento federal, através da Lei Orgânica da Assistência Social (1993: p.14) que preconiza as diretrizes do Sistema Único da Assistência Social (2005: p.27) no Brasil.

Ao final, foram definidas três áreas de atuação: a comunidade de Pedras Brancas, localizada na zona rural, e as comunidades do Alto Alegre e do Conjunto Esperança, situadas na zona urbana. Neste mesmo ano, tivemos contato com a comunidade rural, tendo realizado cadastro das mulheres vítimas de violência doméstica e o início da atuação em parceria com a Associação dos Moradores<sup>4</sup> que se configurou através da realização do primeiro grupo de vivência feminina.

Em 2007, as ações foram intensificadas com vistas ao fortalecimento do grupo de mulheres estruturado no ano anterior. Durante este trabalho em campo foi utilizado o **método de vivência e análise da atividade comunitária**<sup>5</sup> (GÓIS, C.; 2004: p.83) para compreender o modo de vida

3 Nome dado ao início das ações contra a violência doméstica em todo o Brasil nos anos de 2005 e 2006.

4 O contato com as comunidades urbanas foi iniciado no ano seguinte.

5 Durante os encontros privilegiamos uma abordagem vivencial com a estruturação de várias oficinas de arte-identidade e exercícios de Biodança que possibilitaram às mulheres a compreensão vivencial dos meandros da exploração masculina no cotidiano. Trata-se da proposição de vivências e reflexões para o favorecimento da expressão criativa da corporeidade feminina, com objetivo de utilizar os sistemas simbólicos que edificam a violência doméstica como potencial de reinterpretação das práticas sociais

do lugar, além da forma como os moradores das principais regiões do município sobrevivem concreta e simbolicamente, imersos no cotidiano da violência, especialmente como se estruturam as relações de poder face à ordem social dominante, enfatizando a análise das práticas sociais daí resultantes sob o ponto de vista feminista<sup>6</sup>.

Já no ano 2008 foram promovidas atividades para a geração de emprego e renda com a parceria do poder local para que as mulheres vitimadas pudessem alcançar níveis de autonomia econômica com vistas à manutenção e sobrevivência familiar, sendo esta uma forma de romper com o círculo vicioso da violência doméstica. Além disto, foi dada continuidade as demais ações mencionadas e ampliada a participação do programa na zona urbana. Perspectiva também planejada para o ano 2009, onde ocorrerá mudança de gestão do poder público local devido o resultado das eleições no Brasil.

### **III - Centro de Referência Especializada da Assistência Social e a violência de gênero do ponto de vista feminista**

De acordo com o Guia de Orientação do Ministério de Desenvolvimento Social no Brasil (MDS, 2007: p.04), a proteção social especializada é realizada pelos CREAS que presta acolhimento e atenção sócio-assistencial às famílias com objetivo de possibilitar a reconstrução dos vínculos sociais e graus de autonomia dos indivíduos, defendendo a dignidade e os direitos humanos básicos.

Desse modo, o CREAS caracteriza-se como uma unidade pública estadual, com atuação municipal, com a missão de prestação de serviços continuados às famílias que possuem seus direitos violados, além da articulação com estratégias de proteção básica e especial, estruturadas localmente.

Isto se realiza a partir da formação de uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo/a e mobilizador/a social que realizam as seguintes ações: visitas domiciliares, atendimento psicossocial individual e/ou grupal, encaminhamento e encaminhamento<sup>7</sup> das situações graves de violação de direitos, vitimizações e agressões às demais instituições existentes no território, acolhida/escuta individual, atendimento sócio-familiar<sup>8</sup>.

As estratégias de atuação específicas do psicólogo referem-se ao estabelecimento de parcerias com lideranças para identificação dos casos, visitas domiciliares, realização de entrevistas individuais, descrição e análise do contexto psicossocial para pertinência dos temas nos grupos, fortalecimento do contato com as famílias, contribuindo para a redução das situações de agressão e violência intergeracional.

Nestes termos, acreditamos que conhecer o conceito de gênero e sua interface com a violência ajuda a equipe CREAS, especialmente ao/a psicólogo/a social, a perceber que não existem aspectos deterministas que implique na idéia dos indivíduos nascerem homens ou mulheres, pelo contrário, esta noção vai se formando a partir das relações sociais, ao lado de valores, opiniões e crenças que desde o contexto familiar moldam as atitudes e comportamentos da vida cotidiana que serve por sua vez para comparações entre realidades diferentes ou similares, mas não únicas, nem mesmo verdadeiras.

(DOMÍCIO, A. & FERNANDES, J; 2007: p.23).

6 Fato importante nesse ano foi à adequação do município às exigências dos governos estadual e federal, passando as ações já descritas a integrarem as estratégias de atuação do CREAS.

7 Trabalho em parceria com a Promotoria de Justiça e Conselho Tutelar.

8 Além do monitoramento do trabalho infantil (negligência, abuso e exploração sexual).

Para GEBARA, I. (2000: p.47) gênero “condiciona um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um diferente do fato de ser homem ou mulher”. Assim, falamos da diferença entre marcadores geracionais, ou seja, diferença que se institui não somente entre homens e mulheres, mas também entre várias mulheres e outras mulheres, entre homens e outros homens; quer dizer, uma diferença de multiplicidades baseada na aquisição e desempenho de papéis sociais.

Nos argumentos da autora SARTI, C. (2004: p.41) encontramos a idéia de que a contestação deste panorama encontra no desenvolvimento do movimento feminista ares de resposta às questões colocadas pela análise das relações de gênero.

Sobre isto, o feminismo questionou, já na década de 70, “as relações de poder no mundo naturalizado das relações entre homens e mulheres, assim como questionou o papel da mulher em todos os âmbitos da sociedade”. Em meio a conquistas e inúmeros impasses, concordamos com as autoras ALVES, B. M. & PITANGUY, J. (2003: p.70) quando dizem que:

“(…) talvez a força maior, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente no seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consegue mesmo”.

Implicando que o estudo científico ora apresentado concatena a idéia de que o fenômeno da violência doméstica é modulável, passando pela questão corporal, a partir da noção de gênero. Sendo assim, tal violência é uma ação cotidiana expressa nas atividades psíquicas que por sua vez “inclina-se ao corpo estabelecendo lógicas sociais e culturais que nele se propagam” (LE BRETON, D; 2006: p.98). Isto ocorrendo porque “o corpo está exposto ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte (...) ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas abertura ao mundo” e as estruturas sociais que compõem elas mesmas a própria simbologia corporal.

#### **IV – Simbolismo do corpo e intervenção comunitária**

Sabemos que uma verdadeira explosão de estudos sobre o corpo tem invadido as ciências humanas e sociais nas últimas décadas com objetivo de envolver as pesquisas em novos temas. Importantes autores (JACQUES, 1998; ALMEIDA, 1996; REY, 2004; THOMPSON, 1995) compreendem que a subjetividade está localizada no corpo que por sua vez não estaria limitado a refletir somente temas da sociedade.

Quando se fala em corpo encontramos também diversas posições teóricas que o coloca como matéria-prima “que a cultura molda e inscreve de modo a criar diferenças sociais” (ALMEIDA, M., 1996: p.04). Isto implica dificilmente o encontrarmos no seu estado natural ou biológico propriamente dito, mas sempre em relação interpessoal ou social. Assim, a ordem social conforma marcas no corpo que refletem o modo como cada indivíduo se defronta com o ambiente cotidiano.

Trata-se de uma ferramenta que auxilia os homens a moldarem sua história, assim como é o cenário onde os homens percebem seu mundo de maneira concreta e apreciam seus mapeamentos sócio-culturais, inscrita, também, no tempo e no espaço. Talvez por isso ALMEIDA, M. *apud* GIDDENS, A. (idem, *ibidem*) afirma que:

*“O corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas*

*identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais”.*

Como temos visto, a compreensão da corporeidade humana envolve aspectos cotidianos no sentido das representações e motivos simbólicos que levam os indivíduos a vivenciarem sua existência corporal como fenômeno social e cultural. Até porque toda existência, antes de qualquer coisa, é corporal.

Através da materialidade do corpo os homens transmitem aos demais aquilo que são em essência, as ações que realizam no dia-a-dia, suas necessidades, seus desejos e seus limites. Transmitem, ainda, uma série de valores, crenças, ideologias e tradições que podem ser compartilhadas com a coletividade (LE BRETON, D. 2006: p.24).

Porém, cada gesto, cada sensação ou maneira de expressar os sentimentos do ponto de vista corporal, são moldadas socialmente, mesmo quando são vividos de modo individual. Não há nada na gênese corporal que não seja influenciado pela sociedade, ou seja, aprendemos uma determinada forma de expressão do corpo através do contato com as pessoas como um fator de individualização corporal.

Quando se fala do corpo nestes termos, dizemos também que toda existência e expressão corporal são aprendidas. Sendo o corpo alguma espécie de matéria-prima que vai moldando as ações humanas, e mais, lhes dá sentido e significados ao mesmo tempo em que é capaz de limitar a experiência física como construtora do psiquismo humano. Porém, as preocupações sobre o corpo não são recentes no desenvolvimento da ciência.

Existem registros históricos, muitos vinculados às concepções religiosas através dos tempos, que vão desde a concepção do corpo como invólucro imediato da alma, até uma variável fonte de interpretações culturais conforme as eras de desenvolvimento da humanidade. Nos dias atuais, PITANGUY, J. & ALVES, B. (2003: p.60) afirmam que:

*“O movimento feminista denuncia a manifestação do corpo da mulher e a violência a que é submetido tanto àquela que se atualiza na agressão física, como a que o coisifica enquanto objeto de desejo e de consumo”.*

De tudo isto resulta elementos etnológicos que nos auxilia na compreensão das formas de exploração do corpo feminino, posto que o corpo seja uma realidade mutante que se depara com valores simbólicos da sociedade, muitas vezes sem distinção entre o corpo-mercadoria e o corpo-humano. Daí vem o estigma de posse das mulheres que ao permitirem a agressão ou não impedirem que seus filhos sejam vitimados no ambiente familiar, contribuem para a perpetuação da mesma lógica patriarcal que na verdade as oprime.

Percebe-se a importância do tema família na perspectiva da violência de gênero que segundo AMARAL, C. (2001: p.28) não pode se furtar de incluir análises sobre a condição da mulher e as relações incutidas no trabalho doméstico e na vida cotidiana.

É justamente este enfoque que sedimentam as bases teóricas do nosso estudo e trazem revelações importantes sobre a reinterpretação do cotidiano das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. Estas, ao sofrerem a violência, a reproduzem na relação com seus filhos, ou são omissas diante da agressão dos pais/padrastos muitas vezes de modo mais intenso.

Há, sobretudo, um significado sociológico de co-dependência que indica o modo como cada pessoa depende de certa “alteridade” no contato com o outro para sentir autoconfiança, ou seja, a ligação viciada do ponto de vista afetivo faz com que o sentido existencial de um dependa

quase exclusivamente da satisfação das necessidades do outro.

Para GIDDENS, A. (1993: p.121) tal circunstância ocorre na expressão da idéia que existem “pais tóxicos” que abdicaram da responsabilidade para com seus filhos/as. Esta questão nos permite compreender que existem interconexões entre o cotidiano das mulheres e o significado que as mesmas atribuem as suas experiências no âmbito da esfera privada. Tornando, com isto, a intimidade da família uma revelação de emoções e ações impróprias que estão na realidade voltadas para a insegurança na constituição das relações de gênero.

Assim, a co-dependência afeta a vida das crianças devido o “estabelecimento de uma relação desigual no primeiro momento de desenvolvimento da sua identidade” (DALKA, C. & VECINA, T. 2002: p.31), não havendo meios de distanciamento destas circunstâncias viciadas, a família claramente falha no seu papel de protetora da prole e transmissora dos valores sócio-culturais do grupo no qual se encontra inserida.

Nesses casos, estabelecemos um olhar sobre as questões relacionadas à violência contra crianças e adolescentes do ponto de vista do desequilíbrio na relação entre os pais que não raro encontra-se também no desenvolvimento da sexualidade. Muitas vezes os filhos e filhas são envolvidos no cenário da violência estando a serviço, por assim dizer, das patologias do vínculo parental. O que torna grave a situação de vitimização, posto que seja fundamental a posição e mudanças de atitudes do adulto na família para que a violência tenha fim.

O trabalho da equipe de profissionais do CREAS é de fato fortalecer a visão crítica de que as situações de vulnerabilidade e violação dos direitos são fenômenos que adquirem uma complexidade histórica, embora gerados e/ou ampliados no seio da família são respaldadas no contexto social e comunitário.

Disto resulta que cada família atendida passa pela definição de *planos de trabalho* contendo as “estratégias de atendimento às mulheres, suas famílias, seus membros e indivíduos, os pactos de responsabilidades, os compromissos assumidos, os recursos a serem mobilizados para responder às necessidades e para desenvolver potencialidades e capacidades” (MDS, 2007: p.13).

Considera-se, esta, uma estratégia central e local para a resolução de conflitos e a transparência requerida na investigação-ação participativa que deseja uma mudança de paradigmas para a integração do conhecimento de base intelectual com as necessidades e potencialidades das populações alvo da investigação (MONTERO, M.; 2006: p.138) em um processo de contínua aprendizagem entre investigadores-profissionais da equipe CREAS e as próprias famílias, sobretudo, porque o desafio é enfocado a partir do corpo e das simbologias possíveis no eixo comunitário.

## **VI – Considerações Finais**

Após quatro anos de atuação em campo, nosso trabalho tem a particularidade de assumir as desigualdades de gênero como parâmetro para construir um modelo de ação comunitária baseado nas propostas feministas no interior da psicologia social crítica. Daí, nosso posicionamento que implica questionar as formas de conhecimento (teórico) consideradas “verdadeiras”. Implica, ainda, a compreensão das especificidades sociais e históricas, além de culturais e econômicas, da população parceira do nosso trabalho.

A utilização da investigação-ação participativa possuiu o objetivo de captar a maneira

como as mulheres reinterpretem seu cotidiano, bem como os aspectos corporais que elas assumem na teia de submissão e resignação diante do poder patriarcal. Sendo também possível um resgate da identidade e auto-estima dos seus filhos/filhas.

Para isto, a visão plural dos feminismos ocupa um lugar decisivo posto que esteja a serviço das mudanças sociais necessárias para romper o círculo vicioso da violência doméstica no nordeste do Brasil, que além do sofrimento corporal, traz a fome e a miséria como meio de sobrevivência emocional para milhares de homens e mulheres sertanejas.

### **Referências bibliográficas**

- ALMEIDA, M. *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras, PT: Edições Celta, 1996.
- ALVES, B. & PITANGUY, J. *O que é o feminismo*. 8ª ed., Coleção primeiros passos, n.44. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.
- AMARAL, C. *Família às avessas: gênero nas relações familiares dos adolescentes*. Fortaleza, CE: EDUFC, 2001.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS*. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Comunicação. *Sistema Único da Assistência Social - SUAS*. Brasília, Julho de 2005.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Centro de Referência Especializado da Assistência Social*. Guia de Orientação n.º 01, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.
- DALKA, C. & VECINA, S. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo, SP: Agora, 2002.
- DOMÍCIO, A. & FERNANDES, J. *Reinterpretação do cotidiano das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar*. ANAIS do III Encontro de pesquisa e extensão da Faculdade Católica Rainha do Sertão: Quixadá, Ceará, 2007 [on-line].
- GEBARA, I. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1993.
- GÓIS, C. *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza, CE: Editora Viver, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Vivência: caminho à Identidade*. Fortaleza: Editora Viver, 1995.
- JACQUES, M. *Identidade*. In: STREY, M. N. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MARQUES, C.; MACEDO, E. & CANOTILHO, P. *Da tecitura complexificadora entre feminismos e pós-modernidade: uma relação de interpelação crítica*. In: MARQUES, C. & NOGUEIRA, C. (Org) *Um olhar sobre os feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. Porto, PT: Editora UMAR, 2003.
- MONTERO, M. *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

- NOGUEIRA, C. & NEVES, S. *Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social*. Ex-Aequo, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Volume 11 (2004) páginas 123-138.
- REY, F. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Tradução Vera Lúcia Mello. Coleção psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- SARTI, C. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Revista Estudos Feministas [on-line]. 2004. Vol. 12, n. 02 [citado 2006-12-24] pp. 35-50.